

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Janeiro de 2008

Área Temática: Relações Internacionais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Janeiro de 2008

Índice

Episódio das Farc afeta acordo do Mercosul - Denise Madueño – Estado de São Paulo – Nacional – 03/01/2008	4
Mercosul vai para o espaço - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 06/01/2008.....	5
Mercosul vai para o espaço – Rubens Barbosa – O Globo – Opinião – 08/01/2007.....	7
O descascador de abacaxis do Mercosul - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 13/01/2008.....	8
Agronegócio brasileiro abandona Doha - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 15/01/2008.....	9
Governo vê "fadiga natural" – Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 15/01/2008	11
Segunda Quinzena	
O Brasil e a América do Sul - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 22/01/2008.....	12
'Doha depende dos emergentes' - Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/01/2008.....	14
Lula acena com corte maior em tarifa industrial - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/01/2008.....	16
UE indica que será mais flexível e pede urgência - João Caminoto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/01/2008.....	17
Premiê britânico sonda Lula sobre rodada Doha – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/01/2008.....	19
Doha, no limite do ceticismo – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/01/2008	19
Crise global pode acelerar Doha, diz Amorim - Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/01/2008.....	21
Doha entra na agenda, mas só para constar Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/01/2008	22

Crise e eleições nos EUA pressionam países para concluir Doha este ano - Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/01/2008	23
Crise financeira global ajuda a fechar Rodada Doha, afirmam negociadores – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/01/2008.....	25
Brasil desdenha "sobremesa dos ricos" - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/01/2008.....	26
Uma nova reunião para destravar Doha – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/01/2008.....	27
Brasil será flexível dentro de limites, diz Amorim - Anne Warth – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/01/2008.....	28
Crise afeta Doha, diz produtor - Márcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/01/2008.....	29
Setor privado espera só mais três meses por avanço na Rodada Doha - Raquel Landim – Valor Econômico - 29/01/2008	29
O Monroe e o Garrincha - José Luís Fiori – Carta Maior – 30/01/2008.....	31
Lula quer encontro com Bush para discutir Doha - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 30/01/2008.....	33
Reunião convocada por Bush discute aquecimento - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 30/01/2008.....	33
Lula propõe a Bush discutir Rodada Doha – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/01/2008.....	34
Comércio: alta dos alimentos pode facilitar acordo em Doha, diz EU – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/01/2008.....	35

Episódio das Farc afeta acordo do Mercosul - Denise Madueño – Estado de São Paulo – Nacional – 03/01/2008

Para parlamentares, interferência de Chávez pode prejudicar ingresso da Venezuela no bloco

A interferência do presidente venezuelano, Hugo Chávez, nas articulações com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) na tentativa frustrada de libertar reféns em poder do grupo armado piora sua imagem no Congresso brasileiro, com reflexos na votação do projeto que prevê o ingresso da Venezuela no Mercosul. A atitude de Chávez foi classificada por parlamentares brasileiros de “pirotecnicia” e de uma tentativa de se projetar como o “super-homem” que tudo resolve.

O deputado Raul Jungmann (PPS-PE) considerou que a ação de Chávez contribuiu para desgastar a imagem do presidente venezuelano na Câmara e no Senado, que precisam ainda votar o projeto de lei de inclusão da Venezuela como membro permanente do Mercosul. “Isso reforça a percepção de que Chávez é um presidente autocrata e voluntarista.” Para ele, a tentativa de Chávez foi de autopromoção e não de interesse na vida dos reféns.

Para o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), foi uma ação “atabalhoada” de um presidente que tem o seu estilo próprio, “e que não nos surpreende mais, mesmo que estivesse com boas intenções”.

Com muita polêmica e discussões sobre a democracia na Venezuela, pontuadas com críticas a Chávez, as Comissões de Relações Exteriores e de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovaram a entrada do país no Mercosul.

O tratado, que tomou o formato de projeto de lei, precisa ainda ser votado pelos deputados em plenário antes de seguir para o Senado. Com pauta trancada por medidas provisórias e projetos em regime de urgência, a proposta só deve ser votada pelo plenário em março. As votações na Câmara só serão retomadas após o carnaval, em fevereiro.

CRÍTICAS - Parlamentares de oposição criticaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter escalado o assessor especial da Presidência Marco Aurélio Garcia para acompanhar a tentativa de libertação dos reféns no lugar de diplomatas do Ministério das Relações Exteriores. “É lamentável que o Brasil tenha enviado para essa operação um funcionário burocrático, preterindo o Itamaraty”, criticou Heráclito.

“Já é tempo de tomarmos juízo na política externa e passar a fazê-la apenas pelos canais oficiais. O secretário Garcia, com tendência de integração bolivariana, não acrescenta nada à política oficial feita pelos canais competentes. Só atrapalha, só confunde”, disse Heráclito.

Jungmann, que integra a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, também criticou: “É lamentável que o Brasil tenha contribuído com essa iniciativa midiática sem

analisar os riscos.” Para ele, a escolha do representante brasileiro foi um “desprestígio” ao Itamaraty, que tem um quadro historicamente competente de diplomatas. “O governo terceirizou as relações externas na América Latina”, constatou Jungmann, completando que o Garcia sempre está à frente nas relações internacionais quando se trata de questões da América Latina. “É mais uma opção equivocada”, afirmou.

Mercosul vai para o espaço - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 06/01/2008

Não. Não foi esse o resultado da 34ª reunião de presidentes do Mercosul, realizada recentemente em Montevideu. Pouco antes, Brasil e Argentina, numa primeira missão espacial conjunta, lançaram ao espaço, a partir da Barreira do Inferno, um foguete que alcançou 121 km de altura.

No encontro presidencial, ao contrário da expectativa dos observadores e da mídia, o clima foi descontraído e até agradável. Assuntos delicados e sensíveis como os que opõem Argentina e Uruguai, os relativos à entrada da Venezuela no Mercosul e outras questões pendentes há anos foram cuidadosamente evitados.

Prevaleceu a retórica otimista e os magros resultados foram apresentados como de grande sucesso. Talvez a melhor síntese do ambiente da cúpula presidencial tenha sido feita pelo presidente uruguaio, Tabaré Vázquez: “A integração requer realizações concretas, mais do que a retórica; boa vontade apenas não é suficiente.”

O único resultado efetivo foi a assinatura do acordo de comércio com Israel. Embora o intercâmbio com o Mercosul seja modesto, o documento é importante pelo seu simbolismo, já que se trata do primeiro acordo comercial assinado com país fora da região. Todos os principais itens da agenda foram, mais uma vez, adiados até o final de 2008: o plano estratégico para reduzir as assimetrias (que inclui o pedido de flexibilização de algumas regras do Mercosul para permitir a negociação de acordos de comércio de forma individual, e não somente no formato 4+1), a entrada em vigor do Código Aduaneiro, a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) pelos países membros e a tão necessária reforma institucional.

A falta de consenso para avançar nesses assuntos ressalta o mau funcionamento das instituições do bloco regional, fortemente controladas pelas burocracias nacionais. O caso mais flagrante talvez seja o fato de o Tribunal Permanente de Revisão, órgão de solução de controvérsias, ser sistematicamente ignorado pelos países membros, que preferem recorrer à Corte Internacional em Haia (disputa Argentina-Uruguai) ou à Organização Mundial de Comércio (questões comerciais, especialmente entre Brasil e Argentina) para eliminar suas diferenças. A eliminação das exceções à TEC, prorrogada mais uma vez, acrescentou mais um atraso na consolidação da União Aduaneira.

O clima descontraído do encontro não evitou uma severa barragem verbal contra os EUA: da Argentina, em decorrência da informação de Corte norte-americana sobre o destino de dólares venezuelanos para a campanha da nova presidente, da Bolívia e da Venezuela, por supostas ações dos EUA para a desestabilizar os governos de La Paz e Caracas. O Brasil, com muito bom senso, não fez coro com seus parceiros e evitou ataques a Washington.

Cabe perguntar por que a reunião, que poderia ser carregada de recriminações entre os sócios, transcorreu em clima tão tranqüilo. Três são as razões que poderiam explicar essa mudança: a decisão política do Brasil de retomar os entendimentos com a Bolívia e com a Venezuela para investimentos e joint ventures da Petrobrás com a PDVSA e com a YPF; a criação do Banco do Sul, apesar das incertezas quanto ao formato de seu funcionamento; e, finalmente, problemas políticos internos, em menor ou em maior grau, em todos os países.

Dignas de registro as declarações do presidente Lula, durante o encontro, com críticas duras sobre o lento processo de tomada de decisões e sobre as razões das dificuldades por que passa o Mercosul. Com grande oportunidade e concordando com os críticos do funcionamento das instituições do Mercosul, entre os quais me incluo, Lula disse que “o Mercosul tem inimigos internos e externos”. E detalhou: “Os inimigos internos são o corpo técnico e burocrático; dentro de nossos governo, de nossas burocracias, há gente que não assimila o Mercosul.” Por isso, agregou, “a vontade política deve prevalecer sobre as decisões técnicas” (nesse contexto, mencionou as decisões adotadas na Bolívia e na Venezuela que não tinham apoio técnico da Petrobrás). “Os inimigos externos são os que sonham em vender tudo para os EUA e a União Européia”, afirmou, com certo exagero e imprecisão. Disse mais: “A lentidão do avanço do Mercosul não é culpa dos EUA, da Alemanha ou do Japão, é culpa nossa, de não tomarmos as decisões que temos de tomar. Se não avançamos mais, a culpa é eminentemente nossa”. A exemplo do que ocorre internamente, Lula procurou distanciar-se dos aspectos negativos, como o da ineficiência e dos inimigos do Mercosul, como se a responsabilidade não fosse dos governos membros, inclusive o brasileiro, chefiado por ele. Como tenho ressaltado, a falta de vontade política dos sócios é a grande responsável pela debilidade institucional do Mercosul, confirmada, no mesmo dia, com a divulgação das decisões adotadas pelos presidentes, que adiaram praticamente todas as questões importantes da agenda.

A cúpula ofereceu nova oportunidade para manifestação política de apoio de todos os presidentes à aprovação do Protocolo de Adesão da Venezuela pelos Congressos brasileiro e paraguaio. Hugo Chávez, logo em seguida à reunião, envolveu-se no lamentável episódio de libertação de reféns em poder das Farc. Não me recordo de o Itamaraty ter sido colocado em situação de maior constrangimento, por suas marginalização e omissão. A escolha e o anúncio do nome do enviado presidencial foram feitos sem participação pública do Itamaraty, que subitamente emudeceu por vários dias. O silêncio só foi quebrado quando solicitado a emitir uma nota partidária (que deveria ter sido emitida pela Presidência) elogiando Chávez e “lamentando que as circunstâncias” tenham levado à pajelança em que se meteram todos. * **Rubens Barbosa, consultor de negócios, é presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp**

Mercosul vai para o espaço – Rubens Barbosa – O Globo – Opinião – 08/01/2007

Não. Não foi esse o resultado da 34ª reunião de presidentes do Mercosul realizada recentemente em Montevideú.

Pouco antes, Brasil e Argentina, em uma primeira missão espacial conjunta, lançaram ao espaço, a partir da Barreira do Inferno, um foguete que alcançou 121km de altura.

No encontro presidencial, ao contrário da expectativa dos observadores e da mídia, o clima foi descontraído e até agradável. Assuntos delicados e sensíveis como os que opõem Argentina e Uruguai, os relativos à entrada da Venezuela no Mercosul e outras questões pendentes há anos foram cuidadosamente evitados.

Prevaleceu a retórica otimista, e os magros resultados foram apresentados como de grande sucesso.

O único resultado efetivo foi a assinatura do acordo de comércio com Israel. Embora o intercâmbio com o Mercosul seja modesto, o documento é importante pelo seu simbolismo, já que se trata do primeiro acordo comercial assinado com país fora da região.

Todos os principais itens da agenda foram, mais uma vez, adiados até o final de 2008: o plano estratégico para reduzir as assimetrias (que inclui o pedido de flexibilização de algumas regras do Mercosul para perMercosul tem inimigos internos e externos”.

“Os inimigos internos”, continuou, “são o corpo técnico e burocrático; dentro de nosso governo, de nossas burocracias, há gente que não assimila o Mercosul.” Por isso, agregou, “a vontade política deve prevalecer sobre as decisões técnicas” (nesse contexto, mencionou as decisões adotadas na Bolívia e na Venezuela que não tinham apoio técnico da Petrobras). “Os inimigos externos são os que sonham em vender tudo para os EUA e a União Européia”, afirmou, com certo exagero e imprecisão. Disse mais, “a lentidão do avanço do Mercosul não é culpa dos EUA, da Alemanha ou do Japão, é culpa nossa de não tomarmos as decisões que temos de tomar.” “Se não avançamos mais a culpa é eminentemente nossa . ” A exemplo do que ocorre internamente, Lula procurou se distanciar dos aspectos negativos, como o da ineficiência e dos inimigos do Mercosul, como se a responsabilidade não fosse dos governos membros, inclusive o brasileiro, chefiado por ele.

Como tenho ressaltado, a falta de vontade política dos sócios é o grande responsável pela debilidade institucional do Mercosul, confirmada, no mesmo dia, com a divulgação das decisões adotadas pelos presidentes que adiaram praticamente todas as questões importantes na agenda.

A Cúpula ofereceu nova oportunidade para manifestação política de apoio de todos os presidentes à aprovação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul pelos Congressos brasileiro e paraguaio.

Hugo Chávez, logo em seguida à reunião, envolveuse no lamentável episódio de libertação de reféns em poder das Farc. Não me recordo de o Itamaraty ter sido colocado em situação de maior constrangimento, pela sua marginalização e omissão. A escolha e o anúncio do nome do enviado presidencial foram feitos sem participação pública do Itamaraty, que subitamente emudeceu por vários dias. O silêncio só foi quebrado quando solicitado a emitir uma nova partidária (que deveria ter sido emitida pela Presidência) elogiando Chávez e “lamentando que as circunstâncias” levaram à pajelança em que se meteram todos.

O descascador de abacaxis do Mercosul - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 13/01/2008

A Ivan Ramalho são atribuídos vários sucessos em negociações comerciais com o exterior

BRASÍLIA. Desconhecido do público em geral, o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho, vem conquistando cada vez mais espaço e respeito nos meios empresarial e diplomático no Brasil e no exterior.

Mesmo sem ter tido formação específica para tratar das idiosincrasias do mundo da diplomacia, Ramalho, um discreto funcionário de carreira aposentado do Banco do Brasil — onde trabalhou durante 30 anos, até 2003 — aperfeiçoou-se na delicada arte de resolver as pendências comerciais envolvendo o Brasil com outros mercados. À frente dos comitês bilaterais de negociação, ele é apontado como grande responsável pela paz que já reina no Mercosul entre o Brasil e seus sócios, há dois anos. Junto com o setor privado, Ramalho também representou o governo brasileiro no difícil processo negociador dos acordos de restrição voluntária das exportações de têxteis, confecções e brinquedos para o Brasil.

— Ele é um apaixonado pelas coisas da indústria. Dorme, acorda, come e respira a indústria brasileira — afirma o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos (Abrinq), Synésio Batista.

— É um hábil negociador.

Um brasileiro digno, que representa muito bem o país — respalda Fernando Pimentel, diretor da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit).

Vinhos argentinos de má qualidade foram barrados A área diplomática também avaliza o técnico. Ao serem indagados sobre determinado contencioso bilateral, os diplomatas quase sempre respondem da mesma forma: “Perguntem ao Ivan Ramalho”.

Casado, pai de três filhos, o economista tem como hobby preferido a leitura, sobretudo de romances. Possui uma pequena biblioteca em casa, em Brasília.

Mas os momentos livres são poucos. Está sempre viajando, de forma mais freqüente para países do Mercosul.

Tido como pé- quente por colegas e empresários, Ramalho foi secretário de Comércio Exterior de 2003 a 2005 para, em seguida, assumir o segundo posto mais importante do ministério.

O titular da pasta, ministro Miguel Jorge, resolveu mantê-lo no cargo, impressionado com o empenho do funcionário.

Ramalho agora é o braço direito de Miguel Jorge.

— Trabalho em comércio exterior há muito tempo. Sou egresso da antiga Cacex (a extinta Carteira de Comércio Exterior, do Banco do Brasil).

Quem trabalha em comércio exterior, obrigatoriamente, tem sempre contatos com governos e empresários de outros países — conta Ramalho.

Ele tem como estratégia negociadora uma mistura de boa vontade, paciência e, principalmente, jamais decidir qualquer coisa sem a participação dos empresários. Outro item importante é o preparo físico.

— Não enfrento muita dificuldade para viajar.

Ramalho já passou por negociações difíceis, como o acordo têxtil com a China e o entendimento, com os argentinos, para que não entrassem mais no Brasil vinhos da Argentina de má qualidade a preços extremamente baixos, o que prejudicava os produtores gaúchos. Em outra grande negociação da qual participou, há cerca de dois meses, conseguiu convencer paraguaios e uruguaios a autorizarem a elevação

das tarifas de importação de calçados e tecidos para 35%.

— O acordo têxtil com a China foi bastante difícil. As autoridades chinesas cobravam algumas coisas, como a homologação do reconhecimento do país como economia de mercado, o que nunca foi feito por nós, e a revisão de algumas medidas antidumping — diz Ramalho que, no fim, acabou dobrando os chineses.

Para 2008: Guiana Francesa, Colômbia e Suriname Houve momentos, porém, em que tudo não passou de um mal-entendido, que poderia trazer conseqüências desastrosas.

Em plena cúpula de presidentes do Mercosul, em junho de 2007, em Assunção, um caminhão de jeans do Paraguai que iria para o Brasil foi apreendido. A imprensa paraguaia deu grande destaque, acusando o Brasil de impor travas às exportações. Foi feita uma reunião de emergência, e o que se descobriu é que a causa foi o preenchimento de uma informação errada na documentação.

Fluente em inglês e espanhol, Ramalho tem lembranças de encontros internacionais mais antigos.

Por exemplo, em 11 de setembro de 2001, participava, em Londres, da negociação para um acordo no comércio mundial de diamantes.

— Ao tomarmos conhecimento dos atentados nos Estados Unidos, a reunião foi imediatamente cancelada.

Segundo Ramalho, entre suas missões para 2008, está a criação de mais três comitês bilaterais com Colômbia, Guiana Francesa e Suriname. Ele continuará representando o Brasil.

Agronegócio brasileiro abandona Doha - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 15/01/2008

Questionados sobre as prioridades para a abertura de mercados externos, dez entre dez empresários do agronegócio encabeçariam a lista com a Rodada Doha, da Organização Mundial de Comércio (OMC). Durante os últimos meses, as negociações globais desapareceram da agenda dos executivos do setor, que desmobilizaram seu aparato de lobby a favor de Doha. Deixaram de apoiar o governo com pesquisas e é cada vez mais raro gastarem tempo e dinheiro em uma viagem a Genebra, sede da OMC.

Como potência agrícola, o Brasil é o país que mais pode ganhar com a Rodada do Desenvolvimento, criada em 2001 para reduzir as distorções do comércio global. Nesta lógica, o agronegócio brasileiro se tornou dos motores de impulso, pressionando o governo por avanços. As negociações ainda são importantes para o setor, mas a falta de resultados gerou desânimo, frustração e desinteresse.

"A negociação de Doha é como enxugar gelo", compara Marcus Vinícius Pratini de Moraes, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec). "Há um desânimo com a dificuldade de fechar algo ambicioso", diz Marcos Jank, presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). "Desistimos", resume Pedro de Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs) e mentor do vitorioso painel do algodão contra os EUA.

Pragmáticos, os empresários voltaram esforços para temas que podem render resultados concretos, como sanidade, sustentabilidade ambiental ou barreiras não-tarifárias. Enquanto os frigoríficos de carne bovina estão às voltas com as restrições da União

Européia, os criadores de carne suína querem abrir as fronteiras do Chile. Para os usineiros, criar um mercado global de etanol se tornou prioridade número um. Os plantadores de soja estão sendo cobrados pelo desmatamento da Amazônia. Nada disso está diretamente relacionado com a Rodada Doha.

"Não há a menor dúvida que tem sido uma perda de tempo", diz Pratini de Moraes, que, quando ocupava o cargo de ministro da Agricultura, participou do lançamento das negociações na capital do Catar. Ele explica que os países desenvolvidos não querem rever a política agrícola e que as eleições nos EUA reduzem as chances de êxito. Pratini insiste, porém, na importância do sistema multilateral. Como exporta para vários países, diz ele, o Brasil precisa de regras multilaterais e do direito de questionar barreiras na OMC.

Para pecuaristas e frigoríficos, restrições sanitárias se tornaram mais importantes do que a remota possibilidade de abrir mercados com Doha. "Abandonei a Rodada e a sanidade ocupou a prioridade", diz Camargo Neto. Ele ressalta que, por questões internas, o Brasil deixa de vender carne suína para Japão, Coreia ou Estados Unidos. Camargo Neto diz também que perdeu a "confiança na estratégia do Itamaraty". Ele está convencido que o governo errou ao desistir de utilizar a vitória no algodão para pressionar os americanos.

Christian Lobhauer, presidente-executivo da Associação Brasileira dos Exportadores de Frango (Abef), diz que para o setor o que interessa em Doha é o acesso ao mercado europeu, fechado por meio de altas tarifas, salvaguardas e barreiras específicas. "As propostas apresentadas estão longe do mínimo aceitável", diz. Durante as negociações, os europeus ofereceram elevar a cota de importação mundial em 90 mil toneladas, enquanto o Brasil pedia 250 mil apenas para si. "Quando chega a esse nível de distância, pará tudo".

O coordenador do Centro de Estudos de Negociações Internacionais (Caeni), da Universidade de São Paulo (USP), Amâncio Jorge de Oliveira, é um estudioso do papel do setor privado nas negociações comerciais. Ele avalia que a mudança de foco da diplomacia corporativa foi provocada pela conjuntura, ou seja, uma associação de posturas defensivas de vários países resultou numa paralisia das negociações. "E o setor privado, que é mais pragmático, foi cuidar da vida", afirma.

O diagnóstico é o mesmo de André Nassar, diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). Ele explica que o acordo esboçado hoje na OMC abre exceções e preserva os interesses protecionistas, como subsídios agrícolas nos EUA e acesso a mercados na UE. Nassar diz que o governo brasileiro também vai obter maneiras de proteger a indústria. "Para o país, pode até ficar balanceado, mas para a agricultura, não", diz.

Nos últimos anos, o setor privado brasileiro se organizou para influenciar as negociações comerciais, como OMC, Alca ou o acordo bilateral com a UE. Empresas, associações, federações e confederações criaram departamentos e contrataram especialistas para interferir no processo. Só que as negociações não caminharam e agora é preciso desmontar essa estrutura. O Icône, por exemplo, foi o braço direito do governo com estudos técnicos sobre as negociações. Agora mudou de foco. Segundo Nassar, o instituto se dedicará a outros temas relacionados com o comércio, como tendências de preços e demanda, políticas de certificação e sustentabilidade.

Jank, que hoje está na Unica e foi o fundador do Icône, diz o que setor agrícola não está "desinteressado" das negociações comerciais, mas, sim, "desanimado" com a falta de resultados. Ele pondera que a OMC é o único fórum no qual podem ser discutidos, por exemplo, a redução dos subsídios fornecidos aos produtores de açúcar ao redor do mundo. "Por isso, a Rodada Doha é fundamental", afirma.

Roberto Rodrigues - que coordena o centro de agronegócios da Fundação Getúlio Vargas e preside o Conselho Superior de Agricultura da Fiesp - era ministro da Agricultura quando a diplomacia brasileira, junto com Índia e China, fundou o G-20, grupo que se tornou em uma das forças da Rodada. Rodrigues diz que o setor agrícola brasileiro se deu conta de um fato: graças a maior produtividade, o Brasil ganhou mercado sem qualquer acordo comercial. "Os empresários entenderam que o fundamental é avançar em sanidade, logística, portos, impostos", diz.

Amâncio, do Caeni, diagnostica que a Rodada Doha pode estar num ciclo vicioso. Se a agricultura brasileira e outros setores interessados nos países envolvidos desanimam com a lentidão do processo e diminuem a pressão, os governos se esforçam menos para concluir as negociações, que vão se tornar ainda mais lentas. "Ninguém quer decretar a morte da Rodada Doha", diz o professor, mas a tendência é que seu estado de saúde vá de mal a pior este ano.

Governo vê "fadiga natural" – Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 15/01/2008

O setor agrícola brasileiro atravessa um período de "fadiga natural" da Rodada Doha, da Organização Mundial de Comércio (OMC), na avaliação do Itamaraty. Como as negociações se prolongam por mais de seis anos é normal que ocorra uma redução da expectativa em relação aos resultados, diz experiente diplomata. Essa fonte também reconhece que há vários obstáculos dificultando as negociações, mas não descarta que os países selem um acordo este ano.

O bom desempenho do setor agrícola - que elevou as exportações e é beneficiado pela alta do preço das commodities - também ajuda a explicar o desinteresse pela Rodada, diz o governo. O forte aumento do preço dos produtos básicos provocou a redução da proteção e do total de subsídios dados pelos países ricos.

Alguns produtos são tributados em euros por tonelada, ou seja, quanto maior o valor do produto, menor a representatividade da tarifa. Normalmente, os governo aumentam ou reduzem os subsídios conforme a renda dos produtores, que é determinada pelo preço das commodities. O Itamaraty pondera, porém, que a função de uma negociação multilateral é aumentar a previsibilidade do comércio ao longo do tempo, logo é preciso negociar mesmo em tempos de preços altos e subsídios baixos.

Segundo o negociador, os empresários do agronegócio estão familiarizados com os resultados obtidos, como o compromisso de eliminar os subsídios à exportação, ou seja, já "embolsaram" esses ganhos. **(RL)**

Nos últimos dez anos, depois de alcançar a estabilização da economia, o Brasil viu crescer sua projeção no cenário internacional, com a natural ampliação de sua agenda externa, tanto econômica, como política.

O fato de se estar tornando um ator global não deve fazer o Brasil descuidar do seu entorno geográfico. Por mais poderoso que seja o País e mais globalizada a sua economia, a vizinhança mais próxima deve merecer atenção não só do ponto de vista da parceria comercial, mas, sobretudo, do ângulo político, para poder acompanhar e entender as transformações regionais que podem afetar seus interesses. É o que mostram os exemplos dos EUA em relação ao México e ao Canadá, na América do Norte, e o da China, com sua vizinhança asiática.

No caso da América do Sul, o mapa político e o cenário econômico estão sofrendo profundas transformações. A emergência de movimentos sociais, do poder indígena e de novas lideranças fez ressurgir como foco principal, na área externa, um forte apelo popular nacionalista, antiglobalizante e antiamericano.

Como o governo brasileiro está reagindo a essas transformações e qual a política que tem desenvolvido em relação a seus vizinhos geográficos?

O discurso oficial considera a América do Sul a primeira prioridade da política externa e não se cansa de repetir que nunca na história do Brasil o relacionamento com os países da região esteve tão próximo e tão positivo, não só em termos da relação bilateral, como em termos de integração regional (Mercosul). A política atual insiste em que o Brasil, como o maior país da região, deve tomar a dianteira nas políticas de integração, fazer concessões aos países menores e assumir a responsabilidade de reduzir as assimetrias existentes. Em declarações recentes, o presidente Lula observou que falta vontade política para fazer avançar o processo de integração regional e que as decisões políticas deveriam prevalecer sobre as considerações técnicas.

Já os críticos da política externa para a região consideram que o Brasil não está captando corretamente o sentido das transformações políticas que estão ocorrendo, que nossos interesses estão sendo crescentemente afetados sem uma resposta adequada e que, na realidade, uma agenda que não é a nossa está sendo executada. O Brasil estaria a reboque dos acontecimentos e com dificuldade para conseguir apoio quando estão em jogo candidaturas ou políticas propostas por Brasília, apesar de algumas afinidades político-partidárias e ideológicas. Venezuela, Bolívia, Equador e Paraguai implementam políticas claramente contrárias aos interesses nacionais, sob o olhar complacente de Brasília.

Limitações internas e regionais reduzem as possibilidades de sucesso de propostas muito ambiciosas da política brasileira para a América do Sul.

No plano doméstico, a superficialidade do debate, a dificuldade de delegar ou compartilhar soberania em instituições internacionais e, como observou o presidente Lula, a existência de políticas públicas com viés antiintegração dificultam a consolidação de uma visão brasileira para a América do Sul.

No plano externo, a crise dos projetos de integração na América do Sul, o retorno do nacionalismo econômico em alguns países, a divergência de visões sobre o papel do Estado na economia e a prioridade da inserção internacional, bem como a politização das divergências nas relações entre os países da região, impõem limites ao grau de ambição para a integração regional e para a própria revisão da política brasileira para a América do Sul.

Em trabalho recente (O Brasil e a América do Sul), em que colaborei e com cujas conclusões estou de acordo, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) procura aprofundar a análise das percepções brasileiras e de política externa em relação à região.

O trabalho toca em três questões que me parecem básicas: quais os objetivos políticos e econômicos do Brasil na região, quais deles devem ser mais bem identificados e aprofundados na agenda brasileira para a região em função dos objetivos definidos e como esses objetivos afetam o posicionamento brasileiro nas relações bilaterais e diante da integração regional.

Para responder a essas perguntas o trabalho indica algumas características do relacionamento do Brasil com a região:

A percepção de que os interesses brasileiros na região se vêm diversificando e que há um processo de adensamento das relações do Brasil com os países da região que não pode ser gerenciado nos marcos da política reativa que têm caracterizado a política regional do Brasil.

O reconhecimento de que os mecanismos desenvolvidos nos anos 90 são insuficientes para lidar com a complexidade de interesses do Brasil na região.

A constatação das dificuldades por que passam os projetos de integração sub-regionais leva alguns segmentos a defenderem maior prioridade ao tratamento de temas não-comerciais e não-econômicos na agenda da região.

O reconhecimento de que se explicita nos últimos anos a existência de uma agenda regional com características e temática próprias, associada à proximidade geográfica e às oportunidades e aos riscos por ela gerados. Energia e infra-estrutura são dois temas dessa agenda cuja dimensão regional não precisa ser ressaltada.

Não será fácil chegar a um consenso sobre a melhor estratégia para a América do Sul.

Qualquer que seja a visão que venha a prevalecer, a criação de um espaço comercial ampliado na região e a defesa intransigente do interesse nacional no relacionamento bilateral deveriam ser, nos próximos anos, os principais fundamentos de uma política criativa e proativa do Brasil para a região. * **Rubens Barbosa, presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp, foi embaixador em Washington e Londres**

'Doha depende dos emergentes' - Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/01/2008

Susan Schwab diz que prazo limite para acordo é 2008 e que crise é oportunidade para avanço das negociações

A turbulência econômica é um motivo a mais para concluir a Rodada Doha, disse ontem a negociadora principal dos Estados Unidos, Susan Schwab. “A integração de nossas economias é um fato da vida. Acredito que a atual turbulência será breve e sabemos que aumentar o comércio é o meio de superá-la.” A rodada comercial, disse a representante de Comércio americana, está no topo da agenda americana e o presidente George W. Bush “está empenhado em concluí-la neste ano”, o último de seu mandato. Se o acordo não for fechado em 2008, afirmou, dificilmente ocorrerá depois.

Há bons motivos, disse Schwab, para se acreditar num avanço das negociações nos próximos meses, mas isso dependerá em grande parte, segundo ela, da disposição dos países emergentes de fazerem concessões. “As grandes economias em desenvolvimento precisam reconhecer que devem dar uma contribuição compatível com seu estágio econômico, particularmente em matéria de acesso a mercados para bens industriais, produtos agrícolas e serviços.” Brasil e Índia têm sido os emergentes com participação mais ativa nas negociações da rodada.

Amanhã, a representante americana terá nova oportunidade para transmitir esse recado ao chanceler brasileiro Celso Amorim. Eles devem ter um encontro reservado e, além disso, participarão de um almoço organizado pela conselheira comercial (ministra) do governo suíço, Doris Leuthard. Amorim também deve conversar separadamente com o comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson, e com o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, que na quarta-feira já conversou com Schwab.

Deverão reunir-se no almoço entre 20 e 22 ministros, informou ontem Doris Leuthard, durante um encontro com a representante americana e empresários, na maior parte suíços. Lamy também deverá comparecer ao almoço.

No ano passado, ele presidiu em Davos uma miniconferência ministerial, com participação de cerca de 30 dos mais importantes negociadores. Foi adotado um

cronograma de trabalho para o ano todo, mas houve pouco avanço político nas negociações. Houve progressos - importantes, segundo Schwab - nas discussões técnicas. Os avanços políticos, insistiu a embaixadora, poderão ocorrer nos próximos meses.

PONTO SENSÍVEL - A agricultura, disse Schwab, continua a ser o ponto mais sensível das negociações. O governo americano, segundo ela, está disposto a cortar subsídios que distorcem o comércio. Os países em desenvolvimento, acrescentou, terão de fazer concessões difíceis, mas ela reclamou também do protecionismo europeu.

Os produtos agrícolas mais competitivos dos Estados Unidos, disse a embaixadora, são barrados na União Européia por obstáculos sanitários. Ela se referiu a organismos geneticamente modificados e, em particular, a carnes de boi, de frango e de porco e também a soja e milho.

Doris Leuthard não só se mostrou pessimista quanto à possibilidade de uma conclusão da rodada, neste ano, mas ainda reafirmou o protecionismo suíço em matéria de agricultura. Os agricultores suíços, argumentou, têm “padrões elevados” e custos altos e é preciso, no comércio, levar em conta os padrões. Ela se referia a barreiras não tarifárias, como exigências ambientais e sanitárias.

Mas o governo americano, lembrou Schwab, também tem de enfrentar pressões internas quando negocia a liberalização do comércio agrícola. A produção agrícola, acrescentou, é uma parte muito pequena da economia americana e “os empresários provavelmente se perguntam por que a agricultura domina o debate”. Segundo Schwab, “talvez os políticos não estejam ouvindo suficientemente outros setores que poderão ganhar com a liberalização comercial”. A representante de Comércio disse que é preciso aproveitar a “perspectiva real” de um avanço nos próximos meses e pediu que os empresários pressionem por um acordo.

Definidas as grandes linhas do acordo, os negociadores poderão cuidar de uma porção de detalhes economicamente importantes, como as medidas de facilitação de negócios, disse Schwab. Essas medidas incluem várias providências destinadas a reduzir entraves burocráticos e simplificar os procedimentos do comércio. “Cada dia que um produto fica retido no porto”, exemplificou a embaixadora, “representa um custo equivalente a uma tarifa alfandegária.”

Essa é uma preocupação válida, argumentou o presidente da ABB, com sede em Zurique, Fred Kindle. As medidas adotadas ou em estudo pelo Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos - como controle de contêineres ou envio antecipado de informações sobre viajantes - também elevam custos e criam obstáculos à realização de negócios. Ele não contestou a preocupação americana com a segurança, mas acentuou os custos e dificuldades criados por algumas dessas medidas.

Apesar de seu pessimismo, a ministra Doris Leuthard dá uma contribuição potencialmente importante para a reativação política da Rodada Doha - assunto politicamente complicado também nos Estados Unidos, onde os principais pré-candidatos democratas à Presidência carregam bandeiras simpáticas aos setores protecionistas.

Apesar da coincidência de interesses em vários temas importantes, como proteção de patentes e abertura de mercados para indústria e serviços, os governos dos Estados Unidos e da Suíça não conseguiram, até agora, fazer deslanchar a negociação de um acordo bilateral de livre comércio.

As autoridades suíças não fazem concessões em agricultura e resistem a mudanças importantes na política de sigilo bancário. É uma questão de privacidade, semelhante, segundo Doris Leuthard, à dos direitos humanos.

FRASES

Susan Schwab - Representante de Comércio dos EUA

“A integração de nossas economias é um fato da vida. Acredito que a atual turbulência será breve e sabemos que aumentar o comércio é o meio de superá-la”

“As grandes economias em desenvolvimento precisam reconhecer que devem dar (para um acordo nas negociações) uma contribuição compatível com seu estágio econômico, particularmente em matéria de acesso a mercados para bens industriais, produtos agrícolas e serviços”

Lula acena com corte maior em tarifa industrial - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/01/2008

Em contrapartida, presidente pede a primeiro-ministro britânico proposta melhor na agricultura

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou ontem que o Brasil poderá aceitar um corte de 64% na tarifa máxima de importação de bens industriais, se os Estados Unidos, a União Européia e seus aliados concordarem em flexibilizar suas ofertas na área agrícola.

Essa posição foi expressa por Lula durante uma conversa, por telefone, com o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown. Na ocasião, Brown propôs a Lula que ambos sondem o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, sobre a aceitação do país a um teto anual de US\$ 13 bilhões para os subsídios concedidos aos agricultores americanos. A relutância dos EUA em aceitar esse tópico, politicamente delicado no ambiente eleitoral do país, tornou-se o principal entrave para a conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) ainda neste ano.

Segundo o porta-voz do Palácio do Planalto, Marcelo Baumbach, Gordon Brown afirmou a Lula que será aberta uma oportunidade para a conclusão da Rodada com a

apresentação, no início de fevereiro, das propostas de acordos para as áreas agrícola e industrial/serviços pelos presidentes dos grupos de negociação dessas áreas.

A expectativa é de que esses documentos tragam versões bastante próximas à dos acordos finais. Mas, na melhor das hipóteses, ainda deixarão em branco os itens nevrálgicos - o teto para os subsídios domésticos americanos, o grau de abertura agrícola dos países desenvolvidos e a margem de ampliação do acesso de bens industriais nas economias em desenvolvimento.

Segundo Baumbach, Brown sondou Lula sobre a possível aceitação do Brasil do Coeficiente 20 nas negociações sobre a abertura do setor industrial. Lula não deu uma resposta definitiva, relatou o porta-voz. Mas tampouco o rejeitou, como faz o setor empresarial.

Essa fórmula prevê a queda da tarifa máxima de importação adotada pelo Brasil e seus sócios do Mercosul, de 35%, para 12,73%, o que significaria uma redução de 63,6%. A tarifa média aplicada pelo País, de 14%, cairia para 11,74%. Do total de 9.000 itens da pauta importadora brasileira, 4.957 sofreriam cortes nas alíquotas de importação.

A conversa entre Lula e Brown deu-se a apenas três dias do encontro entre o chanceler Celso Amorim e David Miliband, ministro de Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, em paralelo ao Fórum Econômico Mundial, em Davos.

Amorim e Miliband também participarão de conversas com a representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, com o comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson, e com o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy.

UE indica que será mais flexível e pede urgência - João Caminoto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/01/2008

A União Européia (UE) iniciou ontem uma ofensiva para tentar injetar um senso de urgência na retomada das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), iniciadas em novembro de 2001.

O comissário europeu para o Comércio, Peter Mandelson, alertou que, se um acordo não for fechado até dezembro, ele será tornar-se “praticamente impossível” em consequência da mudança de governo nos Estados Unidos - cujas eleições estão marcadas para novembro deste ano.

Mandelson também sinalizou que Bruxelas poderá ser mais flexível nas negociações para a abertura de seus mercados de produtos agrícolas aos países emergentes, uma reivindicação do Grupo dos 20 (G20), que inclui Brasil, China, Índia e África do Sul.

No sábado, paralelamente ao encontro anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, ministros dos principais países negociadores da Rodada Doha - incluindo o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim - vão se reunir para tentar reiniciar as negociações.

Segundo Mandelson, esse encontro não deve render “manchetes de jornais” e sim o início de um processo de “máximo esforço” para se concluir a rodada. “Mas um acordo pode ser fechado neste ano, pois o que nos separa não são fatores econômicos, mas políticos, que podem ser superados coletivamente”, disse o representante europeu a jornalistas. “Se falharmos, será imperdoável.”

Ele salientou a necessidade de a Rodada Doha ser concluída ainda neste ano.

“Nunca seremos capazes de concluir as negociações após o fim do ano, quando um novo governo assumirá nos Estados Unidos, depois de tudo o que foi feito pelo governo do presidente George W. Bush nessa área”, disse.

“Depois deste ano, não será fácil, na verdade, será praticamente impossível se chegar a um acordo”, concluiu

Segundo Mandelson, a atual crise nos mercados financeiros e a desaceleração econômica nos Estados Unidos não são obstáculos para a conclusão da rodada. Ele sinalizou que o aumento mundial dos preços dos alimentos poderá estimular a UE e outros países ricos a ampliarem suas concessões na abertura dos mercados agrícolas.

“Os preços dos alimentos podem ajudar nas negociações”, afirmou. “Há menos necessidade de os países ricos subsidiarem seus setores agrícolas.” Mandelson também indicou que Bruxelas poderá mostrar mais flexibilidade nas suas demandas de abertura dos setores industriais e de serviços nos países emergentes, entre eles o Brasil.

“Se houver um pouquinho mais de progresso nas negociações dos setores de serviços e de bens industriais, acredito que um acordo pode ser alcançado.” Essa posição contrasta com a mantida por Bruxelas até o fim de 2007, de exigência de abertura mais agressiva de países como Brasil e Índia.

Premiê britânico sonda Lula sobre rodada Doha – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/01/2008

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, telefonou na manhã de ontem para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para sondá-lo sobre a possibilidade de os países emergentes cederem mais na tentativa de se chegar a um acordo sobre a rodada Doha de negociações.

Segundo o porta-voz da Presidência, Marcelo Baumbach, Lula afirmou a Brown que o Brasil tem interesse nestas negociações, mas cobrou a redução de subsídios, especialmente os americanos, na área da agricultura. "O presidente reafirmou que qualquer flexibilidade no setor industrial depende do que se obtiver da agricultura", disse o porta-voz.

Na prática, a sinalização de Lula foi a de que o Brasil pode ceder em relação aos bens industriais, caso haja contrapartida na área agrícola.

O britânico e Lula combinaram de conversar nas próximas semanas com o presidente dos EUA, George W. Bush, sobre a possibilidade de os americanos aceitarem reduzir para U\$ 13 bilhões o subsídio à agricultura. E deverão se encontrar pessoalmente no início de abril, em Londres, paralelo à cúpula de governança progressista.

O presidente Lula confidenciou a Brown o temor de que a crise na economia americana afete as economias da América Latina. Segundo o porta-voz, Brown também expressou preocupação com possíveis desdobramentos futuros da crise e disse que pretende sugerir a criação de um corpo internacional de monitoramento.

Doha, no limite do ceticismo – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/01/2008

A representante do Comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab, chegou a Davos, na Suíça, com uma surpreendente mensagem de otimismo. Ela acredita que há uma grande possibilidade de se realizarem avanços importantes na Rodada Doha de negociações comerciais, nos próximos meses, e até de se concluir um acordo neste ano, antes do fim do mandato do presidente George W. Bush. A rodada, afirmou a embaixadora, está no topo da agenda americana e Bush está comprometido com a sua conclusão.

Na visão de um cético, essa demonstração de empenho seria uma forma de responsabilizar outros governos por um provável fracasso das negociações durante a gestão Bush. A representante americana continua a cobrar dos emergentes concessões significativas no comércio de produtos industriais e uma abertura maior para o setor de serviços. Mas não se trata, politicamente, apenas de uma cobrança. A mensagem, nada sutil, é a seguinte: a superação do impasse depende da boa disposição dos governos brasileiro, indiano, chinês, argentino e de outros países de nível similar de desenvolvimento.

Sem desconhecer esse jogo, já usado por um antecessor de Schwab, Robert Zoellick, depois do fiasco da conferência ministerial de Cancún, em 2003, vale a pena examinar alguns dos argumentos apresentados pela negociadora americana durante uma sessão do Fórum Econômico Mundial.

Um ponto especialmente notável foi o seu reconhecimento de que a agricultura de seu país, protegida e beneficiada por subsídios, recebe uma atenção política desproporcional à sua importância na economia dos Estados Unidos. Talvez os políticos americanos, disse Schwab, devessem dar maior atenção a outros setores com muito maior peso, como indústria e serviços, que serão beneficiados por uma liberalização dos mercados. E recomendou que empresários desses setores pressionem os governos pela conclusão da rodada.

A embaixadora reclamou do protecionismo europeu, dizendo que alguns dos produtos agropecuários mais competitivos dos Estados Unidos, como carnes, milho e soja, são barrados na União Européia com pretextos de ordem sanitária. Os europeus têm resistido especialmente à importação de produtos geneticamente modificados - sem base científica, segundo o governo americano. Ao referir-se a barreiras não sanitárias, a representante americana tocou num ponto importante das negociações comerciais. Se a rodada for concluída, as tarifas sobre produtos agrícolas poderão ser substancialmente reduzidas, mas negociadores europeus insistem na manutenção e na expansão de outras formas de protecionismo, como critérios ambientais, sociais e sanitários. O uso dessas formas disfarçadas de protecionismo tem preocupado os exportadores e os negociadores brasileiros.

Segundo Susan Schwab, um amplo acordo de liberalização comercial poderá ficar muito mais difícil, se não for concluído neste ano. Ela pode estar certa. Se não houver acordo, ou se, no mínimo, as linhas mais importantes de um acordo não forem definidas neste ano, a Rodada Doha poderá ser emperrada por novas dificuldades políticas. Os pré-candidatos à Casa Branca, principalmente os democratas, são sensíveis às pressões protecionistas e já houve quem promettesse até uma revisão geral dos tratados comerciais em vigor, incluído o Nafta. O novo presidente poderá ser tentado a retomar do início a negociação global, incluindo na pauta exigências trabalhistas e ambientais ditadas pelos sindicatos, pelos setores menos competitivos e pelos grupos políticos contrários à globalização. Essa decisão coincidiria com as posições defendidas por numerosas ONGs européias que se mantêm mobilizadas, permanentemente, contra a abertura dos mercados do bloco. A campanha contra os biocombustíveis de origem agrícola pode ser um indício de como se poderão complicar as discussões comerciais.

Neste sábado, duas dezenas de ministros dos mais ativos nas negociações da Rodada Doha e o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, deverão almoçar, em Davos, como convidados do governo suíço. Embora haja razões suficientes para pessimismo, essa pode ser uma das últimas oportunidades para se desemperrar as negociações globais de comércio. Se o empreendimento fracassar neste ano, ninguém pode dizer quando e como será reativado.

Crise global pode acelerar Doha, diz Amorim - Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/01/2008

Chanceler também acha que divergências sobre o comércio agrícola se tornaram relativamente pequenas

A crise financeira e as eleições nos Estados Unidos podem contribuir para a aceleração da Rodada Doha de negociações comerciais, disse ontem o chanceler Celso Amorim, mesmo sem exibir o otimismo demonstrado pela negociadora americana, Susan Schwab, dois dias antes. O ministro admitiu, porém, que “dá para fechar” um acordo neste ano porque as diferenças em relação à agricultura, um tema crucial, estreitaram-se muito e são hoje relativamente pequenas.

Amorim manteve um encontro de mais de uma hora com Susan Schwab, ontem à tarde, e disse que a conversa foi útil, embora não tenha havido propriamente negociação. Contou também que a convidou para visitar o Brasil, mas nenhuma data foi definida para a viagem. Ele também se reuniu com o ministro de Relações Exteriores do Reino Unido, David Milliband, e jantou com o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy.

Amorim deve almoçar hoje com cerca de 20 dos principais negociadores da Rodada Doha, num encontro organizado pela ministra suíça do Comércio, Doris Leuthard. Schwab, o comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson, e Pascal Lamy, devem participar. Davos é um lugar para conversar, não para negociar e decidir, disse o ministro brasileiro. Mas o encontro, segundo ele, poderá servir para algumas definições políticas.

Segundo Amorim, as condições internacionais criam novas motivações para o estabelecimento de um acordo global de comércio. Os atentados de 11 de setembro de 2001 foram um grande estímulo para o lançamento da rodada, no fim daquele ano, lembrou o ministro. “As dificuldades atuais não se comparam com a tragédia de 11 de setembro, mas podem estimular as negociações”, ressaltou o ministro.

A crise financeira aumenta o risco de protecionismo, afirmou Amorim, concordando com a observação formulada horas antes, no Fórum Econômico Mundial, pelo primeiro-ministro do Reino Unido, Gordon Brown. “O remédio chama-se liberalização e começa com a eliminação de subsídios”, disse o chanceler.

“Quando estamos com febre, é mais difícil tomar o remédio, mas é quando ele é mais necessário”. Além disso, lembrou o chanceler, o presidente George W. Bush tem interesse político em concluir a rodada, lançada há seis anos, em seu primeiro mandato.

Schwab e Mandelson haviam usado argumentos semelhantes na quarta-feira, expressando a disposição de retomar as negociações. “Fico satisfeito”, disse Amorim, “ao saber que Susan Schwab e Mandelson dizem estar preparados”.

Há progressos nas negociações técnicas, acrescentou o ministro brasileiro, concordando com uma intervenção feita dois dias antes pela representante de Comércio Exterior dos Estados Unidos. Mas nenhum dos esboços de acordo preparados pelos coordenadores das negociações sobre agricultura e indústria foi aprovado até agora. Novas versões devem ser propostas em breve, segundo Amorim. Neste momento, não há novos números sobre a mesa para discussões conclusivas.

FMI, BIRD E ONU - O chanceler Celso Amorim comentou também três propostas apresentadas de manhã pelo primeiro-ministro Gordon Brown e aprovou-as com ressalvas. Segundo Brown, as instituições multilaterais, fundadas nos anos 40, estão despreparadas para os desafios do século 21. O Fundo Monetário Internacional (FMI) deveria ser capaz, disse o primeiro-ministro britânico, de operar um sistema de alerta e de prevenção de crises como a das hipotecas imobiliárias americanas. A idéia é boa, admitiu Amorim, mas, para isso, o FMI teria de ser não só um xerife dos pobres, mas também um supervisor eficiente das economias avançadas.

Em segundo lugar, Brown propôs a criação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), de uma força de intervenção rápida, capaz de interromper matanças como as de Ruanda e outras ocorridas em várias regiões.

Amorim disse não se opor à medida, “desde que a intervenção seja autorizada pelo Conselho de Segurança”. Seria necessário, prosseguiu o chanceler, reformar o próprio conselho, lembrando, mais uma vez, a pretensão brasileira de ocupar um assento permanente no órgão.

Brown ainda defendeu a transformação do Banco Mundial em uma instituição dedicada também à defesa do meio ambiente. Na opinião de Amorim, a idéia não é nova, pois projetos financiados pelo banco atualmente já devem ser acompanhados de avaliação de seu impacto ambiental. O ministro lembrou, no entanto, que o combate à fome e à pobreza, “os maiores inimigos do ambiente”, não pode ser abandonado.

Doha entra na agenda, mas só para constar Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/01/2008

DO ENVIADO ESPECIAL A DAVOS - Pascal Lamy, diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), diz-se um "ativista" da Rodada Doha de liberalização comercial, mas nem assim é capaz de imaginar algum avanço nas atravancadas negociações durante o almoço de hoje em Davos entre os principais atores do processo.

A saber: Lamy, o chanceler brasileiro Celso Amorim, a chefe do comércio exterior norte-americano, Susan Schwab, o comissário europeu do Comércio, Peter Mandelson, e o ministro indiano do Comércio, Kamal Nath, entre outros.

Na verdade, colocar a Rodada Doha na agenda dos encontros de Davos tornou-se mais uma rotina do que uma maneira de dar impulso político às negociações. Como os ministros são convidados para debater temas da agenda global, é natural que se sentem para

almoçar e falem de Doha. Mas não passará disso, prevêem Lamy e também Amorim. "É apenas um encontro", diz Lamy. "Não se trata de uma reunião negociadora", reforça Amorim.

O baixo teor de expectativas é fácil de explicar: numa crise financeira de desdobramentos imprevisíveis, é pouco provável que o mundo rico tenha disposição para liberalizar o comércio. Amorim, no entanto, avisa: "Quando o paciente está com febre e com dor de garganta, pode ser mais difícil tomar o remédio, mas é também mais necessário". Completa: "A tentação protecionista pode resultar em coisas piores, conforme se viu na crise de 1929."

Crise e eleições nos EUA pressionam países para concluir Doha este ano - Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/01/2008

Para o chanceler Amorim, acordo global de comércio será um sinal para a superação da turbulência financeira

Pressionados pela crise financeira e pelas eleições nos Estados Unidos, ministros das maiores potências comerciais decidiram correr para concluir neste ano a Rodada Doha de negociações comerciais - porque a próxima oportunidade, concluíram, provavelmente só ocorrerá dentro de alguns anos.

Um acordo global de comércio será um sinal poderoso para a superação da turbulência financeira, disse o chanceler brasileiro Celso Amorim, depois de um almoço com representantes de outros 14 países mais a União Européia, formada por 27 Estados membros. "A crise é uma janela não de oportunidade, mas de necessidade", argumentou o ministro brasileiro, comparando a situação com a de um ano atrás.

Se o acordo não for alcançado neste ano, novas negociações só deverão começar em 2010, disse o comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson.

Se o novo presidente americano substituir Susan Schwab como representante de Comércio Exterior, o Congresso levará meses para confirmar a indicação e isso consumirá 2009. Também poderá haver mudança na União Européia.

Além disso, o novo presidente dos Estados Unidos, argumentou Amorim, terá de passar por uma fase de aprendizado a respeito de comércio exterior.

Ele preferiu não comentar as bandeiras dos principais candidatos democratas, em geral contrárias à ampliação dos acordos comerciais dos Estados Unidos e até favoráveis à revisão dos tratados em vigor.

OTIMISMO CAUTELOSO - O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, mostrou-se cautelosamente otimista. “Acho que algo poderá ocorrer nesta temporada”, disse Lamy, referindo-se à possibilidade de um avanço político mais em semanas do que em meses. Os negociadores acumularam uma grande massa de resultados, há um horizonte bem definido - 2008 - “e está na hora de pousar o avião”, argumentou.

Anúncios semelhantes foram feitos em Davos, Suíça, nos últimos dois anos, depois de reuniões de grupos selecionados de ministros, e esse fato foi lembrado, ontem, mais de uma vez. Mas as condições deste ano são especiais e novas pressões estão presentes, como lembrou Amorim.

O próximo grande passo deverá ser uma conferência ministerial, provavelmente em abril, com participação dos 151 países membros da OMC. Mas isso ocorrerá somente se forem produzidos, até lá, esboços bastante avançados de acordos sobre os grandes temas da negociação, com destaque para o comércio de produtos agrícolas e bens industriais,

Nas próximas duas semanas, em Genebra, os coordenadores dos grupos de negociação deverão apresentar novos textos com propostas de acordo. Esses textos serão examinados, palavra por palavra, por negociadores técnicos, e depois serão submetidos a autoridades de nível superior. Haverá um duro trabalho até se criarem condições para a conferência ministerial.

“Sou otimista, sem ser totalmente ingênuo”, disse o chanceler brasileiro. Além da pressão criada pela crise financeira - o grande tema do Fórum Econômico Mundial, nesta semana -, há pelo menos dois outros fatores favoráveis à conclusão do acordo neste ano, disse o ministro: 1) as diferenças entre os negociadores já não são tão grandes em termos de números, isto é, de valores e porcentagens; são principalmente políticas; 2) há um grande interesse de líderes políticos na conclusão do acordo (referência indireta ao presidente George W. Bush, agora em seu último ano de mandato).

O compromisso de Bush com a conclusão do acordo em 2008 foi reafirmado ontem pela negociadora Susan Schwab. Se os ministros conseguirem montar um pacote satisfatório, assegurou, não será difícil obter apoio do Congresso para renovar a autoridade negociadora do Executivo, extinta desde julho. Essa autoridade inclui o poder de firmar acordos que os congressistas podem aprovar ou rejeitar, mas não emendar.

TEXTO FROUXO - Para o Brasil, disse Amorim, é essencial que os próximos papéis apresentados para discussão política ofereçam equilíbrio quanto ao espaço para negociação. Os textos apresentados até agora, segundo ele, não preenchem esse requisito.

Quando tratam de agricultura são bastante frouxos, mesmo em relação a números, para permitir muita discussão. Quando tratam de produtos industriais, são muito mais estritos e mais impositivos.

Antes do almoço organizado pela ministra suíça do Comércio Exterior, Doris Leuthard, houve muita conversa bilateral entre ministros e vários encontros com o diretor-geral da OMC. As conversas ocorreram nos dois dias anteriores e na manhã de ontem.

Susan Schwab passou ontem cedo mais de meia hora fechada com Pascal Lamy. Noutra parte de Davos, Amorim se encontrava com Peter Mandelson e depois com o ministro de Comércio da Índia, Kamal Nath - o mais cético, em seus comentários, quanto à possibilidade de um acordo ainda neste ano.

Crise financeira global ajuda a fechar Rodada Doha, afirmam negociadores – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/01/2008

ENVIADO ESPECIAL A DAVOS - Ministros do Comércio de 17 países e o chanceler brasileiro Celso Amorim concordaram ontem em um ponto, em almoço com o diretor-geral da OMC (Organização Mundial de Comércio), Pascal Lamy: a crise financeira global abre uma "janela de necessidade" que permitirá eventualmente concluir ainda neste ano a Rodada Doha, o mais ambicioso ensaio de liberalização comercial, lançado em 2001 e que pouco avançou desde então.

A explicação de Amorim: "O mundo real [como contraponto ao "da especulação"] mandaria uma mensagem positiva em meio à crise". Reforça Doris Leuthard, ministra suíça de Assuntos Econômicos e anfitriã do almoço: "Concluir a Rodada Doha seria um forte sinal para estabilizar a economia, além de demonstrar que o sistema multilateral está funcionando".

A "janela de necessidade" põe tanta pressão que os ministros concordaram em tentar fazer em abril a reunião ministerial, que é a suprema instância de decisão da OMC. Pelas regras da instituição, deve haver uma reunião ministerial a cada dois anos, mas o prazo foi perdido no ano passado, devido às formidáveis divergências entre as partes (a mais recente ministerial foi em Hong Kong, em dezembro de 2005). A maioria dos ministros também concordou em que ou a Rodada Doha é concluída agora "ou nunca mais o será", conforme o relato de Doris Leuthard. Amorim diz que não está "entre os que acreditam que ou fecha agora ou nunca", mas reconhece que, depois de 2008, será muito mais difícil.

A razão central das dificuldades está dada, segundo Amorim e Leuthard, pela mudança de governo nos Estados Unidos, o que arrastaria por algum tempo o que o chanceler chamou de "processo educacional" das novas autoridades, a respeito de comércio e da negociação de Doha. Leuthard acha que, antes de 2010, não haveria possibilidade de fechar a negociação, se não houver acordo neste ano.

O cronograma desenhado no almoço de ontem é assim:

1 - Até abril ou pouco antes, os chefes dos diferentes grupos negociadores divulgam novos textos, que apresentem o que Amorim chama de "espaços negociadores". Traduzindo: os números para a redução do protecionismo em agricultura e em bens

industriais -os itens que estão emperrando o processo- terão que ser equilibrados o suficiente para que as partes os aceitem não como formato final, mas como chance de negociação.

2 - Faz-se então a ministerial em abril. Só ela pode fechar o esqueleto de um acordo final.

3 - Nos "seis ou oito meses" seguintes, diz Leuthard, cada país examina os aspectos jurídicos das propostas para bater o martelo até o fim de 2008.

Para a diplomacia brasileira, a Rodada Doha foi sempre a prioridade sobre qualquer outra negociação. Explica Amorim: "Para nós, fortalecer o sistema multilateral é crucial. Nenhum acordo bilateral é tão positivo, especialmente acordos com os países desenvolvidos, que sempre penduram nesses acordos itens como propriedade intelectual, compras governamentais etc".

São áreas que o Brasil não está interessado em liberalizar tão amplamente quanto quer o mundo rico. **(CR)**

Brasil desdenha "sobremesa dos ricos" - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/01/2008

O Brasil já avisa na cena internacional que este ano só irá à reunião de cúpula do G-8, espécie de diretório econômico do planeta, se o formato para sua participação refletir a nova realidade de poder dos emergentes.

De acordo com uma fonte do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comentou com o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, que se recusa a comparecer só para "comer a sobremesa dos ricos" - ou seja, sem capacidade de influência.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse que o Japão, que organiza o encontro do G-8, de 7 a 9 de julho, indicou que pretende convidar o G-5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul), mas sem detalhar até agora em qual formato. "Já dissemos a nossa condição para participar".

O G-8 é formado pelas sete maiores economias industrializadas - Japão, Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Canadá, Itália - e pela Rússia. Nos últimos anos, os cinco grandes emergentes foram convidados para uma pequena parte da cúpula, por iniciativas de França, Inglaterra e Alemanha. Isso depende de fato da boa vontade de quem organiza o evento. Quando foi sua vez, os EUA fecharam a porta para os emergentes.

Mas a pressão, em todo caso, aumenta em favor dos emergentes. Em entrevista ao Valor, o secretário-geral da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Angel Gurría, disse que já propôs aos ricos a integração plena "o mais rápido possível" do G-5 e a conseqüente criação do G-13.

Em carta que enviou no fim do ano passado a chanceler alemã Ângela Merkel, então na presidência do G-8, ele defendeu que os cinco emergentes passem a "assistir a todo o almoço e não apenas à sobremesa" do encontro anual dos ricos. Para Gurría, no formato atual a cooperação entre ricos e emergentes é insuficiente para garantir coerência na gestão política da globalização, e refletir a nova realidade geopolítica. "Os cinco emergentes

precisam participar da agenda, do conteúdo, das conclusões e do segmento do G-8", defendeu. "Não se pode mais abordar os temas do G-8 sem o G-5 e do G-5 sem o G-8".

O primeiro-ministro da França, François Fillon, também foi enfático em discurso em Davos: "Nosso mundo precisa de regulação e de equilíbrio. Por isso, é preciso reformar as instituições multilaterais. A França fará tudo para que o G-8 se torne progressivamente um G-13. E continuará a lutar para que a Alemanha, Japão, Brasil, Índia se tornem membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com uma representação equitativa do continente africano. O FMI e o Banco Mundial devem ser revistos, para reforçar a voz dos países em desenvolvimento em troca de uma maior aceitação desses por disciplinas coletivas".

A Alemanha, sob a liderança de Ângela Merkel, deflagrou um diálogo permanente com o G-5, para integrá-lo mais na governança global. Recentemente, foi criado um secretariado na OCDE, sob a direção de um funcionário alemão, para os dois grupos tratarem de quatro temas de atualidade da cena econômica mundial: investimentos, energia, inovação e desenvolvimento. Os países emergentes terão mais voz, mas também terão mais responsabilidades.

A precaução do Brasil sobre sua participação no banquete dos ricos deve-se ao quase desastre diplomático ocorrido na reunião do G-8 na Alemanha, no ano passado, justamente quando Merkel lançou a iniciativa para integrar mais os emergentes.

Antes mesmo da reunião entre os dois grupos, a Alemanha divulgou as conclusões do encontro, sem levar em conta as posições dos emergentes. Isso causou enorme mal-estar e desconfiança, sobretudo porque no centro do debate estava a questão da responsabilidade de cada um no combate ao aquecimento do planeta, que tem a ver com competitividade econômica, desenvolvimento e transferência de tecnologia.

Em Davos, o primeiro-ministro japonês Yasuo Fukuda não abordou como vai organizar o encontro de cúpula do G-8. Mas informou que o foco central de sua agenda será o combate às mudanças climáticas. Para isso, anunciou um fundo japonês de cinco anos com US\$ 10 bilhões para ajudar países em desenvolvimento nesse setor.

Uma nova reunião para destravar Doha – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/01/2008

Brasil, Estados Unidos, União Européia, Índia e outros países-chaves da Rodada Doha concordaram em realizar uma reunião de ministros em março ou abril, em Genebra, para barganhar um eventual esboço de acordo agrícola e industrial. Se houver enfim entendimento, os americanos afirmam que o presidente americano George W. Bush pedirá ao Congresso a renovação em meados do ano do TPA (mecanismo que permite ao presidente negociar acordos sem que os parlamentares possam fazer emendas), esperando sua aprovação antes da troca de poder na Casa Branca no começo de 2009.

Se de novo uma reunião ministerial fracassar, o comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, sugere, então, um "enterro correto" da negociação global. Para ele, isso significa "extrair os elementos interessantes já negociados, pois seria criminosos sacrificá-los". São os casos da facilitação de comércio (redução de barreiras burocráticas, por exemplo, nas aduanas) e das medidas de apoio ao comércio dos países mais pobres.

Após reunião de mais de 20 ministros no sábado em Davos, o ministro brasileiro Celso Amorim afirmou manter uma dose de otimismo porque "as diferenças entre ricos e

pobres não são tão grandes em termos de números, algumas vezes eles são maiores politicamente do que em termos econômicos". Mas fonte do governo negou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha acenado com corte de 64% nas tarifas industriais em conversa com o primeiro-ministro britânico Gordon Brown, na semana passada. Segundo a fonte, Brown foi quem pediu coeficiente 20, que significa um corte médio de 60% nas alíquotas brasileiras.

Para Amorim, a crise financeira representa "uma janela de necessidade" para concluir Doha. Já o ministro de comércio do Egito, Rachid Mohamed Rachid, foi cético: "Cada ano repetimos que se Doha não se concretizar o mundo vai piorar, e cada ano o mundo está ainda melhor". (AM)

Brasil será flexível dentro de limites, diz Amorim - Anne Warth – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/01/2008

Ministro não quis revelar até quanto o País pode reduzir as tarifas industriais na Rodada Doha

O ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, disse ontem que a posição do Brasil nas negociações da Rodada Doha será flexível, dentro de alguns princípios e proporcionalidades.

Após almoçar com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, o ministro se irritou ao ser questionado sobre se o Brasil aceitaria reduzir suas tarifas de bens industriais em um coeficiente 20 na fórmula suíça, o que resultaria em redução de 64% na tarifa máxima consolidada de importação, de 35% para 12,73%. Pela proposta, a tarifa média aplicada pelo País, de 14%, cairia para 11,74%. Do total de 9 mil itens da pauta de importação brasileira, 4,9 mil sofreriam cortes.

Segundo o porta-voz do Planalto, Marcelo Baumbach, o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, sondou a aceitação desse índice, por telefone, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente não teria aceitado o coeficiente, mas tampouco o teria rejeitado. A indústria brasileira alega que quebraria com um coeficiente inferior a 30. Na fórmula suíça, quanto maior o coeficiente, menor o corte tarifário.

“Nós temos uma proposta que é o coeficiente 30. Agora, vamos ver o que acontece”, disse Amorim. De acordo com o ministro, a proposta que o Brasil aceitará para o teto anual de subsídios americanos para a agricultura será a que chegar mais perto do piso proposto pelo grupo de agricultura da Organização Mundial do Comércio (OMC), entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,5 bilhões.

Amorim não revelou quais seriam os limites que o País aceitaria na redução das tarifas industriais e na definição de um teto anual para os subsídios americanos à

agricultura. Segundo ele, da mesma forma que EUA e União Européia esperam que o Brasil ceda em suas posições, o Brasil e os membros do G-20 também desejam que sejam feitas contrapartidas pelos países desenvolvidos.

Na avaliação de Amorim, as eleições americanas, a ameaça de uma crise nos Estados Unidos e de uma recessão no Japão, segundo noticiou o banco Goldman Sachs, poderiam ajudar na conclusão da Rodada Doha. “Toda vez que houve uma crise, uma recessão, e medidas protecionistas ou de fechamento do comércio foram adotadas, redundaram em mais recessão sem resolver os problemas.”

Caso a Rodada Doha leve mais de três anos para ser concluída, Amorim disse que o Brasil poderá partir para a negociação de acordos bilaterais com países e blocos comerciais.

Crise afeta Doha, diz produtor - Márcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/01/2008

A crise financeira dos Estados Unidos e seus efeitos sobre o crescimento da economia mundial devem mais atrapalhar do que ajudar na conclusão das negociações da Rodada Doha, afirmou o presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), Pedro de Camargo Neto.

“Com a perspectiva de recessão e queda das commodities agrícolas, torna-se mais difícil negociar a abertura de mercados e a redução dos subsídios”, disse Camargo Neto. Sua opinião se contrapõe à do ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim.

O presidente da Abipecs, que acompanha de perto as negociações, acredita que a afirmação de Amorim está mais relacionada com um sentimento positivo do chanceler do que às chances práticas de que o nó dos subsídios seja desatado. “Estou mais preocupado com a aftosa do que com a crise financeira.”

Setor privado espera só mais três meses por avanço na Rodada Doha - Raquel Landim – Valor Econômico - 29/01/2008

O setor privado aguardará mais três meses por um sinal político de avanço das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC). Se nada acontecer nesse período, começará a discutir uma nova estratégia para a política externa brasileira, com ênfase na conclusão de acordos bilaterais e na reavaliação do Mercosul.

"Pelo tempo que já dedicamos a Doha, podemos aguardar mais três meses. Passado o prazo, se não houver nada concreto, temos que discutir a nova estratégia brasileira. Não vamos esperar três anos de braços cruzados", disse Paulo Skaf, presidente da Federação das

Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), após um almoço com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

O prazo mencionado por Skaf coincide com a intenção de Brasil, Estados Unidos, União Européia, Índia e outros países-chave da negociação de realizar uma reunião ministerial em março ou abril, em Genebra, para barganhar um eventual esboço de acordo agrícola e industrial.

Segundo relato dos empresários presentes ao almoço ontem, em São Paulo, Amorim avaliou que, caso não se chegasse a um entendimento político até abril, seria difícil fechar o acordo este ano. Para 2009, as expectativas não são animadoras, pois a eventual vitória de um presidente democrata pode deixar o Congresso americano ainda mais protecionista e haverá um fase de adaptação da nova equipe negociadora, que pode tentar incluir temas, como exigências trabalhistas e ambientais.

Em entrevista coletiva após o encontro com o setor privado, Amorim disse que o Brasil foi procurado pela União Européia para marcar uma reunião técnica em abril e um encontro ministerial em maio a fim de retomar as negociações entre os blocos. Ele voltou a defender, no entanto, que um entendimento é difícil antes de uma solução multilateral. "Se Doha demorar três anos para acabar ou não for mais ter, vamos nos dedicar (aos bilaterais), mas, no momento em que estamos terminando a negociação, é difícil para os dois lados."

Amorim - que regressou no domingo de Davos, na Suíça, onde participou do Fórum Econômico Mundial - disse que é preciso "fazer todo o possível" para selar o acordo de Doha este ano. Ele voltou a afirmar que o "constrangimento duplo" da eleição norte-americana e da crise financeira podem ajudar a concluir a negociação. "Paradoxalmente, a crise pode nos afetar de forma positiva", disse.

Em um período de incerteza econômica e eleições, é difícil imaginar os Estados Unidos reduzindo os subsídios dos agricultores, mas Amorim lembrou que a história demonstra que atitudes protecionistas levam apenas a mais recessão. "Nossa janela de oportunidade se transformou em uma janela de necessidade."

Questionado se o presidente George W. Bush conseguiria renovar a Trade Promotion Authority (autorização do Congresso para que o Executivo americano conduza as negociações), Amorim respondeu que não será fácil, mas que os democratas, favoritos para as eleições deste ano não devem criar obstáculos para um acordo multilateral, porque "o ônus seria muito grande".

"De alguma maneira, é melhor que o antecessor tenha resolvido o problema do que cair na mesa deles (democratas)", reforçou Amorim. Ele lembrou que a Rodada Uruguai também foi negociada em uma administração Bush (George Bush, o pai) e assinada em uma administração Clinton (Bill Clinton, marido da candidata Hillary Clinton). "Não quero aqui fazer nenhuma previsão, mas isso pode ocorrer", brincou o ministro brasileiro.

Amorim fez questão de frisar que o Brasil não aceitará um acordo a qualquer preço. Ele não revelou o limite do país para reduzir as tarifas dos produtos industriais, principal demanda dos países ricos. "Não disse nem para o Paulo Skaf, não vou dizer aqui". Skaf reforçou a posição atual da indústria setor é a suíça 30, que corta a tarifa máxima consolidada de 35% para 16,5%.

Durante o almoço de duas horas ontem em São Paulo, Amorim, Skaf e outros representantes do setor industrial discutiram também temas mais específicos da agenda externa brasileira, como exportações de carne e importações de trigo. Os exportadores reclamam que o Chile voltou a comprar carne brasileira, mas apenas de alguns Estados. A Fiesp também solicitou ao governo que reduza as tarifas de importação para um cota

determinada de trigo, que pode chegar em 4,5 milhões de toneladas. Segundo a Skaf, a medida é necessária porque falta trigo no Brasil e a Argentina não está exportando o suficiente. "Por falta de oferta, não podemos onerar toda a cadeia, que chega ao pãozinho e às massas."

O Monroe e o Garrincha - José Luís Fiori – Carta Maior – 30/01/2008

A América Latina está sendo obrigada a mudar sua inserção internacional, e deixar para trás a sua longa “adolescência assistida”, dentro da geopolítica e da economia do sistema mundial. Nesta nova situação, vale refletir sobre uma velha anedota futebolística.

Em agosto de 1823, o ministro de relações exteriores da Inglaterra, George Canning, propôs ao embaixador americano em Londres, Richard Rush, uma declaração conjunta, contra qualquer “intervenção externa”, na América Latina. O presidente James Monroe, apoiado no seu secretário de estado, John Quincy Adams, declinou o convite inglês. Mas três meses depois, o próprio Monroe propôs ao Congresso Americano, uma doutrina estratégica nacional quase idêntica à da proposta inglesa. Foi assim que nasceu a “Doutrina Monroe”, no dia 2 de dezembro de 1823. Como era de se esperar, os europeus consideraram a proposta de Monroe impertinente e sem importância, partindo de um estado que ainda era irrelevante no contexto internacional. E tinham razão: basta registrar que os Estados Unidos só reconheceram as primeiras independências latino-americanas, depois de receber o aval da Inglaterra, França e Rússia. E mesmo depois do discurso de Monroe, se recusaram a atender o pedido de intervenção dos governos independentes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México.

Por isto, muito cedo, os europeus e os próprios latino-americanos compreenderam que a Doutrina Monroe havia sido concebida, e seria sustentada durante quase todo o século XIX, pela força da Marinha e dos capitais ingleses. E só passou de fato para as mãos norte-americanas, no início do século XX. Até lá, a América Latina foi uma espécie de “protetorado” inglês, e os Estados Unidos restringiram sua ação militar ao seu território mais próximo, e mesmo assim, quando contaram com o apoio ou com a neutralidade inglesa. Pelo menos até a Guerra Hispano-Americana, em 1898, quando os Estados Unidos conquistaram Cuba e as Filipinas, logo antes do presidente republicano, Theodore Roosevelt, propor uma mudança essencial na Doutrina Monroe, em dezembro de 1904.

O “Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe”, ficou conhecido por sua defesa do direito de intervenção dos Estados Unidos nos estados americanos “incapazes” de manter sua ordem interna, e de cumprir com seus compromissos financeiros internacionais. Já não se tratava, portanto, de uma estratégia de defesa contra inimigos externos, como se pode ver, numa carta enviada por Roosevelt ao seu secretário de estado, em maio de 1904: “Qualquer país ou povo que se comporte bem, pode contar com nossa amizade cordial. Se a nação demonstra que ela sabe agir com razoável eficiência e decência nos assuntos sociais e políticos, se ela sabe manter a ordem e paga suas dívidas, ela não precisa ter medo da

interferência dos Estados Unidos. Um mau comportamento crônico, ou uma impotência que resulte no afrouxamento dos laços de civilidade social podem requerer, na América ou em qualquer outro lugar do mundo, a intervenção de alguma nação civilizada, e no caso do Hemisfério Ocidental, a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe, pode forçar os Estados Unidos a exercer um poder policial internacional.” (Pratt, 1955: 417).

Entre 1900 e 1914, a nova doutrina legitimou a intervenção externa dos Estados Unidos e a criação de uma série de protetorados militares e financeiros, dos Estados Unidos, na República Dominicana, Haiti, Nicarágua, Panamá e Cuba. Na sua nova condição, estes países mantinham sua administração interna, mas não controlavam sua política externa, nem sua política econômica. E os Estados Unidos mantinham o direito de “reentrada” em caso de desordens sociais ou políticas. Foi neste momento, aliás, que os Estados Unidos assumiram, pela primeira vez, o papel de polícia internacional, transformando o Caribe num “mar interior”.

Alguns anos depois, em 1914, no início da administração de Woodrow Wilson, o novo presidente democrata agregou um novo item à política latino-americana dos Estados Unidos, com uma simples frase de efeito, dita para um interlocutor inglês: “Eu vou ensinar estas republicas sul-americanas a eleger homens bons” (idem, p:423). Com este objetivo, Woodrow Wilson completou o desenho da estratégia continental dos Estados Unidos no século XX, baseada em três direitos de intervenção – auto-atribuídos - em qualquer território do “hemisfério ocidental”: i) em caso de “ameaça externa”; ii) em caso de “desordem econômica”; e, iii) em caso de “ameaça à boa democracia”. No período da Guerra Fria, os Estados Unidos patrocinaram em todo continente, guerras civis, intervenções militares e regimes ditatoriais contra um suposto “inimigo externo”. Depois do fim da Guerra Fria, patrocinaram nos mesmos países, intervenções financeiras e reformas econômicas neoliberais, para combater uma suposta “desordem econômica interna” e garantir o cumprimento dos compromissos financeiros internacionais da América Latina. E, finalmente, a partir de 2001, os Estados Unidos incentivam forças e opinião pública, contra os governos “populistas autoritários” latino-americanos que seriam –para eles - uma ameaça à democracia.

Agora bem: as eleições presidenciais de 2008, já fazem parte de um processo de realinhamento da estratégia internacional dos Estados Unidos. Este processo deverá tomar alguns anos, mas é muito pouco provável que os Estados Unidos abram mão dos três “direitos de intervenção” que orientaram sua política hemisférica, durante o século XX. Assim mesmo, neste início do século XXI, a “globalização” do sistema inter-estatal, e a acelerada expansão política-econômica da Ásia, criaram uma pressão competitiva global que já envolve quase todos os “estados-economias nacionais” do mundo. Por isto, a América Latina está sendo obrigada a mudar sua inserção internacional, e deixar para trás a sua longa “adolescência assistida”, dentro da geopolítica e da economia do sistema mundial. Nesta nova situação, vale refletir sobre uma velha anedota futebolística, e seu ensinamento universal: a célebre indagação de Garrincha, após ouvir as orientações do técnico Vicente Feola, antes do jogo com a União Soviética, na Copa de 1958, na Suécia: “o senhor já combinou com o adversário para deixar a gente fazer tudo isso?” Garrincha sabia que no futebol não há como “combinar com o adversário”. Da mesma forma que na luta pelo poder e pela riqueza internacionais, onde só existe um jeito de ganhar o “jogo”:

antecipando-se às intenções e impondo sua própria estratégia, aos concorrentes e adversários. *José Luís Fiori, cientista político, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Lula quer encontro com Bush para discutir Doha - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 30/01/2008

Em conversa telefônica de cerca de 20 minutos com o presidente americano George W. Bush, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem novo encontro para discutir a Rodada Doha, em abril. Também pediu que Bush recebesse em audiência empresários do Fórum Brasil-EUA e prorrogasse a ajuda financeira à Bolívia em troca do combate ao tráfico de drogas. O presidente americano também foi convidado a participar da Conferência de Biocombustíveis, em novembro, em São Paulo.

A crise econômica americana, tema da reunião ministerial do ano passado e da coordenação política de governo de ontem, não foi tratada em nenhum momento na conversa entre os dois presidentes.

Lula pediu muito, mas não conseguiu quase nada. O presidente brasileiro voltou a defender uma reunião política para tentar pôr um fim no impasse da Rodada Doha. Sugeriu um encontro com Bush em abril. O presidente americano avisou que estará na Romênia, mas avaliará sua agenda para ver se há possibilidade de um encontro com o brasileiro.

Lula citou sua participação no Fórum de líderes empresariais Brasil-EUA, em novembro passado, como uma alternativa para que a iniciativa privada facilite o intercâmbio entre os dois países. Como o grupo estará em março nos Estados Unidos, Lula sugeriu que ele fosse recebido por Bush. O presidente americano limitou-se a pedir mais informações sobre o fórum, mas acha possível participar do encontro sobre biocombustíveis no fim do ano.

Em relação à Bolívia, Lula pediu a prorrogação de um incentivo tributário concedido pelos EUA aos governos que combatem o narcotráfico e que beneficia, segundo o presidente brasileiro, 80 mil bolivianos, sobretudo mulheres. Bush gostou da idéia, mas lembrou que o benefício precisa ser aprovado pelo Congresso americano.

Reunião convocada por Bush discute aquecimento - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 30/01/2008

Representantes dos 16 maiores emissores de gases-estufa do mundo (ou as principais economias, como prefere a Casa Branca), entre eles o Brasil, reúnem-se hoje e amanhã no Havaí em uma conferência convocada pelo presidente americano, George W. Bush. O foco é o combate ao aquecimento global pelo investimento em tecnologias menos poluentes - mercado especialmente interessante para os Estados Unidos.

A reunião é a segunda do tipo - a primeira ocorreu em Washington, em setembro - e segue a 13ª Conferência do Clima (COP-13), que aconteceu em dezembro, quando a delegação americana foi pressionada a aceitar o acompanhamento internacional das

medidas internas de controle das emissões, a partir de 2013. Os Estados Unidos atualmente disputam com a China a posição de maior emissor do mundo de gases-estufa.

Bush é contrário ao corte nas taxas americanas de emissões em curto prazo e abandonou o Protocolo de Kyoto, acordo que visa justamente ao controle dos gases-estufa. Na reunião, ele será representado por Jim Connaughton, chefe do departamento ambiental da Casa Branca, e a delegada Paula Dobriansky - justamente quem foi mais pressionada na COP-13.

Em uma coletiva de imprensa na sexta-feira, Connaughton disse que a COP-13 será tratada no Havaí. “Em Bali, um dos pontos principais tratados era se todos os principais países desejam tomar medidas mensuráveis, reportáveis e verificáveis. Acho que vamos entrar um pouco nessa discussão, sobre o que isso significa.”

Honolulu receberá representantes de África do Sul, Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, França, Grã-Bretanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, além dos Estados Unidos, União Europeia e Organização das Nações Unidas.

Para Mauro Armelin, coordenador do Programa de Desenvolvimento Sustentável da ONG WWF-Brasil, o desmatamento na Amazônia pode ser pauta, mas não necessariamente como forma de pressionar o Brasil. “Pode-se chegar à conclusão de que, se cuidar das florestas é importante para controlar o efeito estufa, então os países com estoques florestais precisam de mais estrutura para manter as árvores em pé.”

O Estado tentou entrar em contato com os representantes do Brasil na reunião, mas eles não foram localizados até o fechamento desta edição. ***COM AP E REUTERS**

Lula propõe a Bush discutir Rodada Doha – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/01/2008

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs ontem ao colega George W. Bush, dos EUA, um encontro em abril, na Europa, para discutir a Rodada Doha de negociações comerciais, que estão travadas. Um dos motivos do impasse é a postura dos EUA de não abrir mão dos subsídios agrícolas.

A idéia foi levantada durante telefonema de Lula a Bush. Em abril, Bush irá à Romênia, e Lula irá para Inglaterra, Itália e Holanda -, daí a idéia de tentar marcar a conversa na Europa. Bush, segundo o porta-voz da presidência, Marcelo Baumbach, respondeu que "está aberto para coordenar agendas e tornar possível a reunião". Lula também convidou o presidente americano para participar de conferência sobre biocombustíveis em São Paulo, no mês de novembro. Bush disse que examinará a proposta.

Comércio: alta dos alimentos pode facilitar acordo em Doha, diz EU – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/01/2008

A alta nos preços dos alimentos nos mercados globais pode facilitar a obtenção de um acordo na Rodada Doha de liberalização comercial, ao diminuir as pressões dos agricultores nos países desenvolvidos para a manutenção dos subsídios agrícolas, disse ontem o comissário da União Européia (UE) para o Comércio, Peter Mandelson. O comissário europeu disse que os preços dos alimentos devem continuar a subir até 2016, o que diminuirá a pressão para que os países desenvolvidos compensem baixos preços com subsídios.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

